



**CÂMARA DE VEREADORES DE ARROIO DO TIGRE**  
**RIO GRANDE DO SUL**

**PARECER JURÍDICO Nº 50/2020**  
**Departamento Jurídico**

O presente expediente visa auxiliar de forma rápida e sem tautologia os critérios técnicos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa necessários a tramitação, discussão e aprovação de texto posto a análise do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre/RS.

**1. RELATÓRIO.**

Trata-se projeto de Lei nº 053, de 07 de agosto de 2020, com pedido de homologação de crédito extraordinário adicional aberto e incorporado ao orçamento do ano de 2020, em decorrência de situação de calamidade pública.

É o breve relatório.

**2. ANÁLISE PRELIMINAR.**

A matéria comporta a seguinte orientação técnica.

**2.1. Da Competência**

Inicialmente vale o registro de que a norma fora proposta pela Executivo Municipal para homologação do Parlamento Local do crédito especial extraordinário adicional aberto e incorporado ao orçamento do ano de 2020, através do Decreto Municipal nº 3.243/2020, em decorrência de situação de calamidade pública, o qual será utilizado na Secretária Municipal da Saúde no atual exercício, para ações de enfrentamento ao coronavírus, através de aquisição de materiais de consumo e pagamento de despesas para ações de combate a Covid-19, junto à Comunidade Quilombola, conforme Portaria SES 506/2020, restando configurado, nos termo do art. 30, I da CF/88, o interesse local para legislar.

**2.2. Da Iniciativa**

O projeto de lei em análise está dentre aquelas matérias em que há reserva de iniciativa – Art. 61, §1º, inciso II CF/88, observando os artigos 167, §3º da CF/88<sup>1</sup>, arts. 40, inciso “III” e 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964<sup>2</sup>, bem como a

<sup>1</sup> CF/88 - Art. 167. São vedados:

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

<sup>2</sup> Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.



**CÂMARA DE VEREADORES DE ARROIO DO TIGRE**  
**RIO GRANDE DO SUL**

decretação de calamidade pública para o enfrentamento da pandemia (Covid – 19). Diante disso, a proposta está dentro da competência constitucional do ente municipal.

**2.3. Da técnica Legislativa**

A presente proposta em que pese adequada, contempla a totalidade das disposições contidas na Lei Complementar nº 95/98 e alterações que cristalizaram disposições de forma e conteúdo a serem observadas na elaboração dos textos legais.

Dito isso, sem medo de séria contestação, tenho que resta assegurada a Competência legislativa em favor da Municipalidade e a Iniciativa em favor do proponente, não havendo de se falar vício formal de qualquer ordem quanto a estes. Da mesma forma, não há reparações, *s. m. j.*, no tocante a redação apresentada pois nesta presente clareza, precisão e ordem lógica.

**3. ANÁLISE TÉCNICA.**

No tocante a análise de conteúdo trata-se de medida possível de ser apreciada em plenário não havendo óbice a sua tramitação.

**4. CONCLUSÃO.**

Assim sendo, inevitável o encaminhamento da conclusão da presente orientação ao Legislativo quanto ao seu aspecto formal, já atende as disposições Constitucionais, bem como as demais disposições legais, estando apto para ser submetido à apreciação e deliberação plenária pelos Vereadores.

É a orientação técnica. Segue a consideração superior.

Arroio do Tigre/RS, em 14 de agosto de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**CARLOS HENRIQUE MAINARDI**  
OAB/RS 94.298  
Assessor Jurídico

---

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.